

Investimentos tentam evitar recessão

O próximo passo a ser dado pelo Governo após a suspensão temporária do pagamento dos juros da dívida externa será o de definir, em reunião do conselho de orientação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), na próxima segunda-feira, os recursos oficiais que serão investidos nos setores de base da economia para bloquear a possibilidade de um retorno à recessão, informou, ontem, o assessor econômico especial do Ministério da Fazenda, João Manoel Cardoso de Mello.

O governo dará partida a um processo de investimento semelhante ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), durante o governo Geisel, entre 1974 e 1976, com a diferença de que não estará voltado para a substituição de importação nem será financiado com recursos externos e sim internos. Trata-se dos recursos levantados através dos empréstimos compulsórios instituídos pelo "cruzadinho", em julho, e pelo cruzado II, em novembro, num total de Cz\$ 120 bilhões, acrescidos de mais Cz\$ 80 bilhões do BNDES.

Serão definidos os finan-

ciamentos de Cz\$ 30 bilhões para o setor siderúrgico; Cz\$ 30 bilhões para o setor elétrico; Cz\$ 20 bilhões para o setor privado e Cz\$ 9,5 bilhões para o setor de armazenagem, dos quais Cz\$ 6,5 bilhões serão financiados pelo FND e Cz\$ 3 bilhões pelo BNDES. As condições de financiamento já estão estabelecidas segundo um dos economistas do Ministério da Fazenda: juros de 4 a 10 por cento ao ano mais a taxa de variação das Letras do Banco Central (LBCs), o indexador oficial da economia.

O Governo colocará em disponibilidade Cz\$ 5 bilhões ao mês para investir nos setores de base, que deverão ser o carro-chefe da demanda de 1987, correspondendo, pois a um montante global de Cz\$ 60 bilhões, o que equivale a dizer que o Governo trabalha com uma projeção de inflação em torno de 100 por cento para 1987, conforme admitiu o técnico da assessoria econômica da Fazenda.

Participarão da reunião do conselho de orientação do FND, na segunda-feira, sob a presidência do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, representantes do se-

tor público e privado. Do setor público participarão, pela Fazenda, representantes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos (Seae), da Procuradoria Geral da Fazenda, da Secretaria da Receita Federal e do BNDES; pela Secretaria de Planejamento participarão representantes da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest), Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) e Secretaria Especial de Assuntos Econômicos (Seae); quatro membros do setor privado estarão presentes à reunião, mas não foi informado os seus representantes, sabe-se apenas que deverá participar o empresário Paulo Cunha, do Grupo Ultra, um dos cotados para substituir o ministro Sayad no Planejamento.

AJUSTE INTERNO

O assessor econômico especial da Fazenda, Cardoso de Mello, informou que o Governo adotará medidas econômicas de ajuste interno, mas descartou a idéia de um pacote econômico, de um conjunto de medidas que serão decretadas de

uma só vez. Elas virão, segundo ele, gradualmente.

Adiantou também que, na próxima semana, além da definição de uma nova política de investimentos estatais para incrementar a demanda interna, o Governo decidirá em favor da pós-fixação das aplicações financeiras, para tentar reduzir a taxa de juros e definir a nova política agrícola.

Os juros pós-fixados evitarão a especulação com índices inflacionários, porque a remuneração das aplicações passa a ser definida pela inflação efetivamente ocorrida e não pela previamente fixada como ocorre com os papéis pré-fixados. Assim, destacou Cardoso de Melo, espera o Governo deter em parte o processo especulativo com as taxas de juros.

Quanto à política agrícola, será regulamentada a taxa de juros para o setor, na seguinte forma: 3, 6 e 8 por cento para as regiões Norte e Nordeste e 10 por cento para a região Centro-Sul, acrescido da variação das Letras do Banco Central (LBCs) ou pela variação do Índice de Preços Recebidos (IPR) pelo produtor.